

CAPITANIA D'EL REY: CONSTRUTOS E ASPECTOS POLÊMICOS DA FORMAÇÃO RIO-GRANDENSE¹

PAMELA CRISTINA DE LIMA²



Resumo

O historiador Moysés Vellinho apresentou concepções historiográficas polêmicas acerca da formação do Rio Grande do Sul, conforme o próprio autor deixa claro. Primando pelo elemento português na figura do bandeirante, justificando o apresamento de indígenas pela ação daquele último e, ainda, criticando as Missões Jesuíticas de forma veemente, o autor corroborou com o que defendia a *matriz dominante* da historiografia, na figura do IHGRGS e IHGB. Analisaremos estes e outros aspectos, ambos presentes na obra *Capitania d'El Rey*, publicada pelo autor em 1964.

Palavras-chave: Bandeirantismo. Lusitanidade. Missões Jesuíticas.

Abstract

The historian Moysés Vellinho presented controversial conceptions about the formation of Rio Grande do Sul. Primarily by the Portuguese element in the figure of the *bandeirante*, justifying the capture of natives by the action of the latter and still criticizing the missions vehemently, the author corroborated with what he defended the dominant matrix of historiography, in the figure of the *IHGRGS* and *IHGB*. We will analyze these and other aspects, both present in the work *Capitania d'El Rey*, published by the author in 1964.

Keywords: Bandeirantismo. Lusitanidade. Missões Jesuíticas. Historiografia.

Introdução

Moysés de Moraes Vellinho nasceu em Santa Maria, no ano de 1902 (faleceu em 1980). Sua atuação profissional foi diversa, uma vez que o intelectual fora escritor, jornalista e político. Em sua carreira como crítico literário, que antecede seu ofício de historiador, utilizara o pseudônimo *Afonso Arinos*, escrevendo para vários jornais, como *A Federação* e o *Correio do Povo*, ambos de Porto Alegre. Seus estudos dizem respeito a questões que englobam, principalmente, temas de fronteira e de formação, abordando distinções entre o gaúcho platino e o sulino, por exemplo.³ Um dos empreendimentos de destaque foi a criação da revista *Província de São Pedro*, em 1945, que funcionou como

¹ "Este artigo é vinculado ao projeto de pesquisa "Os sentidos da Farroupilha: entre a poética, a epistemologia e o agir", ligado ao PPGH UPF, linha "Cultura e Patrimônio", e ao grupo de pesquisa NEMEC UPF (Núcleo de Estudos de Memória e Cultura). A coordenação é do prof. Dr. Fabrício Antônio Antunes Soares."

² Graduada em História pela Universidade Federal de Passo Fundo (UPF). E-mail: 174267@upf.br.

³ SALVARO, Gesi Panizzon. *A Revista Província de São Pedro*. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, p. 35-50, 1990. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/16134/10595>. Acesso em: 8 jan. 2020.



um meio importante de circulação de textos de intelectuais sul-rio-grandenses às demais regiões brasileiras. Em sua carreira política, atuou pelo PRR (Partido Republicano Rio-Grandense) e Partido Republicano Liberal (PRL).⁴

Capitania d'El Rey: aspectos polêmicos da formação rio-grandense foi publicada por Moysés Vellinho no ano de 1964,⁵ em um contexto marcado pela atuação do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) e pelo IHGRGS (Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul), que primavam pela *lusitanidade* do Brasil e pela *lusobrasilidade* do Rio Grande do Sul. O contexto de produção da obra diz muito sobre seu conteúdo. Conforme o historiador Quentin Skinner, há a relação entre o contexto, o autor e a obra, o que ele chama de *contextualismo linguístico*.⁶ Além disso, para Skinner, apenas será possível compreender os significados de algum texto ou enunciado por meio das intenções autorais. Em outras palavras, pode-se dizer que é preciso entender não apenas o que está escrito no texto, mas também o que está em suas entrelinhas: jogos de poder, ideais teóricos, etc. Skinner salienta que é preciso também fugir das “mitologias históricas”, ou seja, das formas de interpretação que podem levar a conclusões equivocadas sobre dado texto, ou dada época em si. A atenção despendida por Skinner sobre as mitologias demonstra sua preocupação quanto à possível ocorrência de anacronismos. Justamente por isso o contexto é valorizado: entender uma obra e um autor nos limites e ideologias de seu contexto seria, para Skinner, a melhor forma de entender as intenções autorais e, conseqüentemente, os significados de uma obra.

Partindo das premissas de que o contexto interfere de maneira significativa nas formas de pensar, escrever e construir conceitos e, ainda, de que para uma melhor interpretação é preciso recorrer a explicações menos simplificadoras e mais condizentes com a problemática estabelecida, analisaremos alguns dos aspectos presentes em *Capitania d'El Rey*. Para tal, precisamos considerar os escritos em seu tempo e contexto. Na obra, encontramos as mais variadas formas de justificação, seja para a legitimidade da *lusobrasilidade* em meio à heterogeneidade do todo, seja para as “táticas” um tanto duvidosas de miscigenação, como aquelas pautadas na *exploração sexual* das indígenas.

⁴ DELFOS: Espaço de documentação e memória, 2017. Disponível em: <http://www.pucrs.br/delfos/?p=vellinho>. Acesso em: 15 jan. 2020.

⁵ VELLINHO, Moysés. *Capitania d'El-Rei; aspectos polêmicos da formação rio-grandense*. Porto Alegre. Instituto Estadual do Livro, CORAG. Coleção Meridionais, 2005. [original: 1964].

⁶ Sobre o tema, ver SOUZA, Vanderlei Sebastião. *Autor, texto e contexto: a história intelectual e o “contextualismo linguístico” na perspectiva de Quentin Skinner*. **Revista de História e Estudos Culturais**, dez/2008. Disponível em: http://www.revistafenix.pro.br/PDF17/ARTIGO_16_VANDERLEI_SEBASTIAO_DE_SOUZA_FENIX_OUT_NOV_DEZ_2008.pdf. Acesso em: 01/jun/2019.



Cairíamos em uma mitologia caso olhássemos para os escritos de Vellinho com nossos olhos atuais.

Na década de 1960, período de produção de *Capitania*, muitos destes conceitos ainda estavam em processo de *solidificação*.⁷ Além disso, a época retratada pelo autor na obra (os séculos XVII-XVIII) nos é ainda menos palpável com as “mãos de agora”, sendo necessário interpretar seus escritos inseridos em seu contexto de produção; para Vellinho, uma época remota, cerceada por *barbaridades* e fadada ao insucesso caso não houvesse a intervenção bandeirante.

O título da obra nos põe frente a polêmicas. Aliás, o próprio autor insere este termo em seu subtítulo, reconhecendo que os assuntos que trata são, no mínimo, delicados. O uso deste termo evidencia uma certa autoconsciência de Vellinho, uma vez que o próprio autor, a nosso ver, tem ciência de que sua escrita da história abrange assuntos diversos, e envoltos por contradições, em grande parte. Trabalhar com a *formação* do Rio Grande do Sul suscita temas controversos: tiveram as Missões um papel colaborativo na gênese sulina? Como se deu a formação do *gaúcho*, de um ponto de vista étnico? Sendo o *pampa* território “comum” a *gaúchos* e *platinos*, haveria contrastes entre ambos os tipos sociais? Qual o papel do elemento indígena, e como era concebido em meio ao contingente europeu? São questões complexas que foram protagonistas do “palco de antagonismos”, mas que, devido à sua sincronia com a corrente que predominava na historiografia do período,⁸ acabou por levar os antagonistas a um papel menos importante dentro das concepções historiográficas do contexto do terceiro quartel vintista (anos 1950 até meados da década de 1970).

⁷ Desde há muito se pratica atos de violência, ou se discrimina o outro por diferenças que ele apresenta em relação a si. Muito antes de se ter um vocábulo, ou um conceito específico para se referir a tais atos, eles existiram e foram praticados. Portanto, havia nos escritos de Vellinho uma forte carga de discriminação e preconceito, seja racial, seja sexual. A questão, aqui, é que na época em que o autor escreveu estes assuntos não estavam tão em voga como estão atualmente, e os conceitos não nos eram tão “palpáveis” como são atualmente. O conceito de exploração, por exemplo, será um conceito transversal, bem como agrupador. Transversal por remeter a processos que recortam as mais variadas realidades nos mais variados contextos, uma vez que havia exploração do trabalho escravo desde Roma, bem como no Brasil açucareiro dos séculos XVII-XVIII. Agrupador por oferecer uma classificação ampla, ou seja, abrigar outros conceitos em si: exploração trabalhista, exploração sexual, exploração material, exploração mineral, exploração territorial... por isso, entendemos como cabível e pertinente o uso de *exploração sexual*, bem como do conceito de *preconceito*, à análise dos escritos de Moysés Vellinho. Sobre o tema dos conceitos e seu uso, ver BARROS, José D'Assunção. *Os conceitos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.

⁸ As tendências dominantes da historiografia do século XX apontaram para o caminho da unicidade étnica, ou seja, para a legitimação do contingente português como colonizador, civilizador e introdutor de progresso em meio ao estado primitivo com o qual teriam se deparado nas terras que hoje formam o Brasil. Autores que se opuseram a essa corrente acabaram legados à margem, uma vez que não havia espaço, na historiografia do período, para a admissão da multiplicidade étnica, sobretudo na figura do espanhol.



O contexto de valorização da *luso-brasilidade* provém do século XIX. Ao ser criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em outubro de 1838, cria-se também o órgão que daria “significado” à história brasileira, ou melhor, a uma versão dessa história. Contando com autores que *historiavam* no tempo livre em meio a suas profissões (mas que eram os historiadores do período, sabendo que neste contexto o ofício historiográfico estava em processo de formação), o que se viu foi uma produção intelectual que pontuava uma questão comum e, com isso, possuía uma função. O remonte às origens para resgatar a *lusitanidade* do brasileiro de modo a legitimar um “Brasil português” foi um dos intuitos do IHGB. Desse modo, a viabilização do projeto de “sistematização” da escrita da história brasileira se deu no bojo da consolidação do Estado Nacional:

A criação, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) vem apontar em direção à materialização deste empreendimento, que mantém profundas relações com a proposta ideológica em curso. Uma vez implantado o Estado Nacional, impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a " Nação brasileira", capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das "Nações", de acordo com os novos princípios organizadores da vida social do século XIX.⁹

Ancorado ao Instituto “nacional” surgiu, no ano de 1920, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) que veio a corroborar com esse viés *lusitano*. Este Instituto teve como temática-chave, desde seus primeiros anos, a Revolução Farroupilha e as divergências de interpretação sobre ela. Ao propor um revisionismo e uma reinterpretação ao evento, alguns autores acusaram sua intenção separatista, outros a viram como forma de manutenção da ordem no Império.¹⁰ Esta ideia de reinterpretar chega ao terceiro quartel do século XX: a partir de então, percebemos uma produção intelectual que vai “à procura” das origens da formação sociocultural rio-grandense. Vellinho é um exemplo: buscando contrastes entre o Estado sulino e a região platina, opondo as Missões portuguesas às espanholas e elencando premissas que justificassem seus construtos, o autor escreveu alinhado àquela ideia de *lusu-brasilidade* já acima

⁹ GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. *Nação e civilização nos trópicos*: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**: Rio de Janeiro, 1988, p. 5 – 27. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935/1074>. Acesso em: 22/10/2019.

¹⁰ “Revisar” a Farroupilha significou (re)interpretá-la. As divergências em torno de como foi concebida foram notáveis; o principal ponto de discrepância foi a questão do separatismo, uma vez que os autores que escreviam alinhados ao IHGB e IHGRGS primavam pela ideia de não-separatismo e, conseqüentemente, buscavam justificar as maneiras pelas quais o *gaúcho* sentia-se *brasileiro*, ou seja, demonstrar que o estado sulino pertencia ao Brasil, seja territorial ou “emocionalmente”, por meio da ideia de identidade e pertença. Sobre tal questão, ver GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.



mencionada, ou seja, primando pelo elemento português como colonizador e *formador* do *gaúcho*.

O IHGRGS passou a atuar como o espaço oficializado de escrita da história. O Rio Grande, mesmo contando anteriormente com intelectuais que “historiavam” (muitos deles eram críticos literários, como é o caso de Vellinho), apenas em 1920, com a criação do Instituto sulino, passou a contar com um órgão “oficial” de produção historiográfica. Um dos motivos principais da criação de uma “filial” do IHGB em território sulino foi o descompasso existente entre a produção intelectual do Rio Grande e a nacional e, ainda, da perda de espaço dos sul-rio-grandenses no campo central de poder. Desse modo,

Esta dificuldade dupla (política e cultural) impôs à intelectualidade gaúcha duas frentes de atuação complementares: primeiro, a construção de um discurso “legítimo”, que ressaltasse a identificação do Rio Grande com o Brasil; segundo, a criação deste discurso requeria a formação de um espaço social institucionalizado, que agrupasse os intelectuais para que o discurso produzido tivesse legitimidade para impor-se como “cultura legítima”. Trata-se, portanto, do processo de institucionalização do “saber histórico”. Entendendo desta forma, a criação do IHGRGS foi resultado da conjugação de fatores internos e externos à intelectualidade local, e foi produto das relações e tensões, dentro das estruturas de poder, entre agentes sociais e entre instituições fundadas sobre interesses e coações intelectuais, sociais e políticos, na intersecção entre o regional e o nacional. Neste processo complexo, a legitimidade do discurso sobre a “identidade rio-grandense” dependia e, ao mesmo tempo, reforçava a legitimidade institucional do IHGRGS. A elaboração do discurso sobre a identidade regional e a construção da própria identidade dos intelectuais ligados ao IHGRGS comungavam essa origem e esse sentido, e se relacionavam com a tensão e acomodação entre o discurso regional e o nacional.¹¹

Mesmo estando Vellinho entre os membros de IHGRGS, tendo ingressado em 1949, e escrevendo pelo viés lusitanista predominante no Instituto, o autor conheceu antagonistas, como é o caso de Manoelito de Ornellas, que, em sua escrita da história, valorizara questões como a multiplicidade étnica e a cultura popular, enquanto o primeiro primava pelo elemento português como colonizador por excelência.¹² Suas obras, a nosso entendimento, são importantes para compreender uma das formas de escrita da história existentes no passado, devendo ser compreendidas em seu contexto de produção, interesses que a rondavam e repercussão entre os contemporâneos. Assim, deve-se perceber que *Capitania*, objeto do presente artigo, fora escrita em um contexto marcado

¹¹ MARTINS, Jefferson Teles. *O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o espaço social dos intelectuais: trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre intelectuais (1920-1956)*. Tese (Doutorado em História) - PUC-RS, Porto Alegre, 2015, p. 30. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/6302>. Acesso em: 14 jan. 2020.

¹² ORNELLAS, Manoelito de. *Gaúchos e beduínos: origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948.



por interesses nacionalistas, isso é, pelo intuito de demonstrar um Rio Grande coeso ao restante do Brasil, e, ainda, que repercutiu positivamente no IHGRGS e entre intelectuais que compartilhavam do viés lusitano com o qual Vellinho escrevera, mas que, em meio a isso, houve outros intelectuais que discordaram da tese do autor, como Ornellas, referido acima.¹³

Se, no período contemporâneo à escrita da história de Vellinho suas obras repercutiram de forma positiva, consideravelmente, na atualidade muitos são os autores que revisitam suas obras e as analisam pelos mais variados vieses. Como exemplo, temos a tese de Mara Rodrigues, onde a autora discorre sobre o IHGRGS, seus intelectuais e, sobretudo, a trajetória intelectual e os aspectos da escrita da história de Vellinho. A tese de Rodrigues é um dos expoentes, em termos historiográficos, dos estudos sobre intelectuais do IHGRGS, seus vieses de interpretação e constructos presentes em seus escritos. A autora analisou a história enquanto prática intelectual, as ligações entre história e literatura e, ainda, a maneira com Vellinho aborda os temas de formação do Rio Grande. Para nosso artigo, tal tese se fez fundamental, uma vez que contribuiu para a escolha de nosso objeto de estudo. Conforme a autora propõe,

O autor [Vellinho] pretendia, antes de tudo, resolver alguns equívocos de longa permanência na literatura e historiografia brasileiras a respeito do Rio Grande do Sul. Buscava representar a região adequadamente em duas dimensões histórica, social e cultural, corrigindo versões veiculadas pelos próprios historiadores gaúchos e aproximando o estado do restante da nação.¹⁴

A autora prossegue analisando o contexto historiográfico contemporâneo à escrita de *Capitania*. Segundo Rodrigues, a historiografia da década de 1930 propusera uma releitura da Farroupilha. Tal empreendimento se repetia na obra de Vellinho, mas com um objeto diferente:

No caso local, tratava-se de narrar o surgimento da região em sua articulação com a história da nação, descobrindo e revelando ao público leitor quais teriam sido os heróis responsáveis pela instituição e manutenção do laço social que atava a parte ao todo. *Capitania d'El Rei* se compôs pela reunião dos ensaios concebidos por Moysés Vellinho durante os anos 1940 e 1950: “tardia” era mais a sua publicação do que a elaboração.¹⁵

¹³ Mesmo em meio a críticas de outros intelectuais, a repercussão da escrita da história de Vellinho fora positiva, em grande parte. Um exemplo disso foi sua participação em cursos de faculdades, ocorridos de 1950 – 1970, que abrangiam temas abordados pelo autor, como questões de formação, e a própria Revolução de 30. Ver RODRIGUES, Mara de Matos. Da crítica à história: Moysés Vellinho e a trama entre a província e a nação 1925-1964. Tese de doutorado (História). UFRGS, 2006.

¹⁴ RODRIGUES, *op. cit.*, p. 154.

¹⁵ *Ibid.*, p. 157.



Deste modo, conforme a análise de Rodrigues, um dos principais intuitos de Vellinho ao escrever *Capitania* fora construir, por meio da história, um “laço” consistente, capaz de unir o local ao todo. A abordagem escolhida para tal, neste caso, fora a das origens do Rio Grande, sobretudo no que tange aos temas de formação. Por meio de sua escrita da história, o autor buscou demonstrar um Rio Grande coeso à nação brasileira, desde os mais longínquos episódios de sua história e constituição.

Analisaremos a introdução do livro *Capitania*, demonstrando os construtos nele presentes e relacionando-os com as concepções do autor sobre os indígenas, as Missões e o bandeirante vicentista, no escopo da oposição que o autor traça entre Portugal e Castela, presentes em toda a obra. Também, analisaremos o segundo capítulo da obra, intitulado *Os jesuítas*, onde os aspectos citados anteriormente estão em maior evidência.

Polêmicas da obra de Vellinho: algumas considerações

Polemizar significa, em termos de intelectualidade, causar controvérsias. No caso de Vellinho, as controvérsias e os antagonismos foram aspectos presentes em seus escritos, uma vez que o autor abrangeu assuntos da *formação* do Rio Grande. Ao falar sobre como se formou o elemento étnico-social do Estado sulino, Vellinho elencou os contingentes que dele fizeram parte e, conseqüentemente, trabalhou com aspectos que excluíram outros. Quando discorre sobre a importância do bandeirantismo, por exemplo, o autor exalta o contingente empenhado em apresar indígenas, e mesmo reconhecendo seus *rasgos de violência*, o autor os exalta devido à *missão* que desempenham, ou seja, ao fato de que, por meio de sua cultura e de sua *raça*, pela assimilação ou contato sexual, estariam sendo agentes de civilização em um território fadado ao insucesso devido à incapacidade de desenvolvimento e *barbaridade* de seu povo.

Um segundo ponto relevante, no quesito *polêmica*, é a forma como o negro é descrito na obra de Vellinho. Não há o reconhecimento da importância de sua cultura e conhecimentos, uma vez que o negro era apenas o trabalhador em regime de escravidão nas Missões de Castela, que realizava as tarefas mais duras, com vistas a manter o sustento do *empreendimento espanhol*. Portanto, além de pouco referido nos escritos de Vellinho, o negro é visto apenas como *o que trabalha*.

Outro ponto que destacamos é a exploração sexual das indígenas. Mais à frente veremos que estiveram presentes justificações que atenuaram tal prática. É mencionado, na argumentação do autor, o quão hostil e isolado era o ambiente ao qual estavam



adentrando os bandeirantes, e que esse isolamento seria compensado pelo amor das nativas, um *amor submisso*.¹⁶

Um elemento-ação importante para *Capitania* foi a “atenuação”. Os rasgos de violência do bandeirantismo, expressão usada pelo próprio autor, foram *atenuados* e justificados pela ação de bravura e coragem deste grupo, que teria levado a *civilidade* a um Brasil fadado a ser *índio-cretino* caso não tivesse havido a incursão portuguesa e, junto a esta, a introdução de costumes e hábitos *civilizados*. A exploração sexual das indígenas foi *atenuada*, uma vez que, para Vellinho, a miscigenação fora uma das maneiras de introduzir os *bons modos* entre os nativos.

Para além dos *aspectos polêmicos* que o próprio Vellinho reconhece existir em sua escrita da história, sobretudo em *Capitania*, há outro elemento que merece destaque: as fontes empregadas (ou não) pelo autor em seus “estudos de formação” do Rio Grande. Vellinho menciona autores que convém à tese que defende, e critica outros que, intelectualmente, tomam posição diferente da sua, como é o caso das críticas que profere a Alfredo Varela, autor que, ao contrário do primeiro, considera importantes as relações do Rio Grande com o Prata.¹⁷ Além de autores do Rio Grande, Vellinho faz referência a outros que estavam em voga no período, como é o caso de Gilberto Freyre. Este autor fora um dos intelectuais que escrevera em meio à influência do *determinismo mesológico*, que “enquanto estabelecimento de relações de causalidade entre os fenômenos geográficos e as sociedades humanas”¹⁸, fora notável em obras que relacionavam meio geográfico e indivíduo. A influência freyriana na tese que Vellinho defende em *Capitania*, portanto, se dá na relação que este traça entre o *gaúcho* e o meio, seja o pampa e as estâncias, seja o meio simbólico que o nacionalismo configura em sua escrita, ou seja, a ideia de pertencimento do Rio Grande ao Brasil que o autor reforça em sua escrita da história. Assim, em *Capitania*, Vellinho traça uma relação de sentimento e apego entre o sujeito e o território, tanto a nível local (gaúcho e pampa), quanto a nível nacional (Rio Grande e Brasil).

Rio Grande do Sul: de “corpo estranho” a “pedaço do Brasil”

¹⁶ Cabem, aqui, algumas reflexões. O “amor submisso” tratava não de uma docilidade ou obediência, como também aludia à exploração sexual como forma de *civilizar* e, ainda, como “recompensa” pelo isolamento ao qual estavam fadados desde o início da exploração territorial do interior.

¹⁷ VARELA, Alfredo. *História da Grande Revolução*. Porto Alegre: Editora Globo, 1933.

¹⁸ GOUVEIA, Jaime Ricardo – “Para uma nova episteme do luso-tropicalismo: análise comparativa da luxúria clerical no Atlântico Português (1640-1750)”. *História Unisinos*, 2017, p. 305. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2017.213.02>. Acesso em: 14/jan/2020.



A introdução de *Capitania* é, por si só, reveladora. Vellino inicia a parte introdutória da obra trazendo ao leitor um caso do ano de 1948, no qual ocorrera o V Congresso Eucarístico, em Porto Alegre. É relatada a experiência de uma senhora baiana, “excelente senhora”, nas palavras do autor, que viera ao Rio Grande do Sul pensando encontrar pessoas estranhas, diferentes das quais estava acostumada, que seriam portadoras de hábitos e costumes que não os seus. Assustada e amedrontada, veio apenas em razão do Congresso, desejosa de participar. Mas

[...] tivera uma surpresa tranquilizadora: via que se achava entre um povo que era afinal o seu próprio povo, a mostrar, no fundo, o mesmo jeito de ser e de sentir dos demais brasileiros. Confessava agora, num constrangido desabafo, que ficara mesmo desoprimida pois – palavras suas! – viera ao Rio Grande com certo medo!... vencida pelo desejo de participar do Congresso, acabara vindo, mas aqui chegou apalpando o terreno, como quem entrasse pela primeira vez num mundo que não era o seu, estranho como a gente, talvez hostil... só depois dos primeiros contatos se livraria do impalpável temor que vinha cozendo por dentro.¹⁹

Vellino demonstra o quão estereotipado e malvisto pelo restante do Brasil era o Rio Grande. O autor enfatiza o fato de que a referida senhora sentia medo de vir ao Estado, e que se tranquilizou apenas quando chegou e percebeu que o local, as pessoas e os hábitos não lhe eram estranhos. Percebemos, assim, uma estratégia de Vellino: ao apresentar uma pessoa “de fora” que reconhecia seus próprios hábitos em *nossas terras*, o autor legitima a premissa de que o Rio Grande não é diferente dos demais e, ainda, que os *gaúchos* possuíam os mesmos *modos* dos “demais brasileiros”. Ao usar esta expressão, o autor afirma o Rio Grande como brasileiro: se a baiana e seu povo eram “um dos demais”, significa que os *gaúchos* faziam parte desta totalidade.

Apontar a ideia de estranhamento que as pessoas *de fora* tinham sobre o Rio Grande ancoraria as críticas feitas por Vellino. O autor elenca alguns intelectuais do período e, de maneira subsequente, suas “falhas” para com o Estado. São nomes de destaque a nível nacional, mas também “gente da casa”.²⁰ Seriam, portanto, “infratores da historiografia”, que denegriam a imagem do Rio Grande. Vellino aponta os pontos falhos destes intelectuais. Analisaremos as críticas deferidas a Oliveira Viana.²¹ Vellino

¹⁹ VELLINHO, Moysés. *Capitania d’El-Rei*; aspectos polêmicos da formação rio-grandense. Porto Alegre. Instituto Estadual do Livro, CORAG. Coleção Meridionais, 2005, p. 7.

²⁰ É criticado o P. Balduino Rambo, que na visão de Vellino foi negligente, uma vez que “[...] impressionado, além da medida, pela incidência do fator econômico, ignorou de todo a ação absorvente, decisiva, que os fatores culturais, e entre estes particularmente os de natureza política, desempenharam da elaboração histórica do Rio Grande” (*op. cit.*, p. 12)

²¹ Oliveira Viana foi um sociólogo, historiador, professor e jurista brasileiro, nascido em 1883 e falecido em 1951. Entre suas obras, destacam-se *O ocaso do Império*, escrito em 1925, que narra sobre o movimento abolicionista, a gênese do ideal republicano e seu êxito, com a queda do Império, entre outros temas.



ataca o sociólogo por traçar uma espécie de “paralelo” entre as revoluções de 1835 e 1893, fundindo-as como se fossem um só movimento. Além do mais, a crítica mais ferrenha vem na direção da comparação que Viana faz entre as revoluções mencionadas e as “instituições do banditismo”, por ele estudadas. Vellino aponta que Viana trata do Rio Grande do Sul como um “mundo luso-brasileiro”, que se põe frente a outro, adverso: o hispano-americano. Mesmo que Viana tenha apresentado esse caráter de oposição entre os “dois mundos”, Vellino o acusa de ser ambíguo, uma vez que teria tornado ambíguo o próprio Rio Grande.

Depois, como se o autor [Oliveira Viana] voltasse de chofre contra os argumentos por ele próprio mobilizados, contra as conclusões por ele mesmo propostas, sem se julgar sequer no dever de dar ao leitor a menor explicação, eis que no prefácio, como se até ali nada fosse para valer, se chama ao esquecimento de tudo, para acabar metendo o Rio Grande em posição ambígua, entre duas amarras, a representar, de um lado, as forças da cultura lusitana, mas “dominado”, de outro, pela cultura espanhola e pelo cenário platino [...].²²

Vellino vai além. Não só critica Oliveira Viana e outros intelectuais do período,²³ como também evoca o “testemunho” de um estrangeiro, Saint-Hilaire,²⁴ o qual teria referido, em 1820, que “essa capitania tinha sido, em certo sentido, uma escola para as pessoas de atividade, um espírito militar e um espírito nacional que não existe lá, e que a guerra sempre dá à luz”.²⁵ A citação de Saint-Hilaire, feita por Vellino em *Capitania*, introduz o próximo tema a ser tratado: as guerras. Para o autor, o Rio Grande do Sul possuía uma herança guerreira, por isso o *gaúcho* era vigilante; era esse seu dever para com o todo, e fazer parte do todo era sua vocação. O Rio Grande não era uma unidade dissociada. Pelo contrário; conforme já afirmara a senhora baiana, o Estado sulino lhe era familiar, e sua gente também. Conforme colocara Saint-Hilaire, havia um espírito nacional entre os gaúchos, um sentimento de pertencimento ao Brasil.

Vellino chega ao ponto culminante da introdução de *Capitania* clarificando que o Rio Grande era parte do todo. O autor reitera que há um “jogo de incompreensões” sobre o Estado sulino mas que, quando pessoas de fora do Estado adentram o Rio Grande, percebem que há elementos comuns com o todo. O elemento principal citado por Vellino

²² *Ibid.*, p. 17.

²³ Vellino faz referência, ainda, a Alfredo Varela, Humberto de Campos, João Ribeiro, Capistrano de Abreu, entre outros.

²⁴ Augustin François César Prouvençal de Saint-Hilaire, francês nascido em Orleans no ano de 1779, foi um estudioso de botânica, bem como naturalista. Em pesquisas no território brasileiro, o estudioso reuniu milhares de amostras, com as quais desenvolveu pesquisas. A estada no Brasil se deu de 1816 – 1822, durante o período no qual a Coroa Portuguesa reinava em solo brasileiro.

²⁵ SAINT-HILAIRE *apud* VELLINHO, *idem.*, p. 11. Tradução livre.



é a língua, que é a mesma dos demais estados brasileiros, sem que nela soem elementos castelhanos. No entanto, o autor difere uma crítica aos “patrícios” vindos de outras regiões.

Sim, envolvidos, silenciosamente contaminados pelas teorias discriminatórias, teorias que não puderam, por mesquinhas, assimilar nem apreender a realidade brasileira em sua magnífica pluralidade, esses bons patrícios como que ignoram que o Rio Grande sempre foi, desde o berço, um pedaço do Brasil, o Brasil que cresceu de si mesmo. Quem sabe, porém, se tudo isso não corresponde, de algum modo, às contingências vitais de um país como o nosso, tão grande, tão vário na sua esplêndida unidade?²⁶

Assim, ao fim da introdução de *Capitania*, Vellinho deixa perceber nas entrelinhas suas concepções, que nortearão sua escrita da História nos capítulos subseqüentes da obra. O drama de fronteira, abordado pelo autor, e marcado pela tensão dos pampas *gaúcho* e *platino*, vem a ser consequência de dois fatores. Em primeiro lugar, da herança guerreira do *gaúcho*, que o tornou protagonista das tensões entre os *dois lados*; em segundo, o antagonismo e contrastes entre portugueses e espanhóis, seja nas formas de colonização, seja no empreendimento jesuíta. Estes são os aspectos viriam a permear seus escritos e mostrar claramente seu viés *lusobrasileiro*.

Missões de Castela: gentio para o Reino de Deus, quinhão no Reino de César

Vellinho narra o episódio das Missões, especificamente dos Sete Povos, como um *duplo empreendimento*: os jesuítas de Castela, ao fundar as primeiras missões, teriam o intuito de aldear os indígenas em nome da fé, em comunhão nas reduções por meio do “cristianismo feliz”. Porém, para o autor, este ideal religioso escondia um segundo objetivo: a Companhia de Jesus, cuja bandeira estaria hasteada em nome de Castela, teria ambições que saíam do plano espiritual e chegavam ao político. Em outras palavras, a acusação de Vellinho às Missões é a de que pairava sobre elas o interesse de construir uma espécie de “império teocrático”, que se iniciaria pelo processo de evangelização e chegaria a uma possível emancipação. Afirmando isso sobre os jesuítas espanhóis, o autor indaga sobre os jesuítas lusitanos: “contentar-se-iam os jesuítas lusitanos só com a dilatação da fé e a conquista espiritual do gentio, ou, como os de Castela, perseguiram ao mesmo tempo objetivos de natureza menos evangélica?”²⁷

²⁶ *Ibid.*, p. 17 – 18.

²⁷ *Ibid.*, p. 49.



A questão que permeia os escritos de Vellinho, conforme já referimos, vem a ser o contraste, a contraposição entre portugueses e espanhóis. A partir da indagação sobre os propósitos dos jesuítas lusitanos, o autor inicia a descrição de diferenças entre religiosos espanhóis e portugueses, seja enquanto jesuítas, seja pelo viés de interesses. O autor reconhece a atuação jesuítica na educação das crianças, porém critica os interesses de Castela sobre o empreendimento jesuíta; para Vellinho, portanto, a atuação dos Reis Católicos viria a ser muito mais com objetivos econômicos do que propriamente religiosos ou espirituais. O projeto de aldear os indígenas, portanto, ambicionava riquezas terrenas.

Ao tratar do contingente indígena, Vellinho destaca a condição de segregação econômica e social à qual tal grupo estava exposto. Tal premissa serviria de base à colocação posterior, onde o autor afirma que as reduções portuguesas se encontravam sob jurisdição de Lisboa, uma vez que os jesuítas portugueses eram patriotas. O caso espanhol, porém, era diferente: as reduções de Castela era uma espécie de “viveiro guarani”, contando com poderio militar próprio. Há, por parte de Vellinho, acusação clara aos interesses de Castela.

Tudo era possível esperar da supersticiosa complacência de Castela. Dispostos a todos os rasgos em defesa da integridade da fé ameaçada pela Reforma, os Reis Católicos iriam até o sacrifício de parte de seus domínios para que fosse possível à Companhia de Jesus instituir um suporte geográfico e econômico que lhe propiciasse os recursos tensamente reclamados pelos compromissos de sua cruzada na Europa.²⁸

Assim, justificando o empreendimento jesuíta como uma tentativa de frear o protestantismo (objetivo religioso) e de prover rendimentos à Coroa de Castela (objetivo material), Vellinho demonstrara o quanto havia de preocupação econômica por trás do viés religioso de evangelização, tão disseminado quando da implantação das Missões. “Os planos temporais dos jesuítas espanhóis descobriram-se logo, tornaram-se mesmo agressivos, chegando a alarmar, no seu desenvolvimento ulterior, a própria Corte de Madri.”²⁹ Aqui percebemos mais uma contraposição: se os jesuítas portugueses encontravam-se sob jurisdição de Lisboa, era devido a seu patriotismo; se os jesuítas espanhóis chegavam a alarmar a Corte de seu país, é porque sua organização militar e anseio de “independência” frente a ela eram características significativas e consideráveis.

²⁸ *Ibid*, p. 50.

²⁹ *Ibid*, p. 55.



Bandeirantismo: dos “rasgos de violência e sangue” à “dívida” dos *brasileiros*

Vellinho desenvolve a ideia de que poderia ter havido uma espécie de “enlace” entre os missionários espanhóis e portugueses. Pois bem, a área então ocupada pelas Missões era uma “área natural”, “sem dono”. Para a Companhia de Jesus, tal *união* seria proveitosa, uma vez que ambos os lados (missões lusitanas e espanholas) tinham o bandeirante como inimigo comum.

Mas se porventura sobreviessem conflitos de jurisdição entre uns e outros [lusitanos e espanhóis], a pendência seria fatalmente resolvida em favor dos regulares de Castela, mais próximos que estavam de seus focos de irradiação e cobertura, além de que pareciam tocados por determinação mais animosa no sentido da conquista de um amplo suporte geográfico para a Companhia.³⁰

Ou seja, Vellinho reiterava a tese de que os espanhóis estavam comprometidos com um duplo empreendimento, que via nas Missões uma forma de ampliar a zona territorial e política de Castela, sendo capaz de prover recursos à Coroa.

Vellinho traz, de maneira sintética, alguns aspectos da resistência missionária sob as incursões bandeirantes e, ainda, sobre a venda dos indígenas no “mercado”. O autor argumenta que se pensou, durante muito tempo, que os indígenas aldeados, e as Missões, se deixavam dominar. Ele aponta que havia resistência, inclusive levantes armados liderados pelos padres, que faziam vistas a não permitir a invasão dos bandeirantes. Porém, mesmo em meio a reveses, estes últimos conseguiram adentrar nos aldeamentos e conduzir “levas de bugres” ao local de venda. Estes indígenas, usados no trabalho compulsório dali por diante, eram chamados por Vellinho de *peças de serviço*. Em outras palavras, percebe-se que a concepção que o autor tem sobre os indígenas levados a São Paulo é a de que seriam objetos cuja função era trabalhar. O autor denota que, em sua concepção, os indígenas apresados deixam de ser *humanos* para se tornar *objetos de trabalho*.

Ao apresentar o grupo bandeirante, Vellinho o define como parte de um movimento de expansão. Por meio da violência, admite o autor, se deu a conquista. Porém, destaca-se o instinto de criação política e, junto a isso, a uma *missão histórica*, que seria a de integrar a América Portuguesa. Para Vellinho, os bandeirantes estavam “acima do bem e do mal”, devido ao meio e à época onde se deu o bandeirantismo: o meio era inóspito, barbarizado e marcado pela ação jesuíta, bem como pelo *duplo interesse* espanhol; a época demandava avanço e integração territorial, e o trabalho

³⁰ *Ibid*, p. 55 – 56.



indígena era *essencial* ao desenvolvimento. Por meio de tais premissas e construtos, o autor lança sua conclusão: a ação bandeirante não se constituiu como um simples apresamento indígena, ou como uma forma de adquirir recursos por meio da venda dos *gentios*, mas sim como resultado do aguçado instinto político, que visava à integração das porções territoriais portuguesas.

Vistos os fatos através da perspectiva histórica, e ordenados ao longo do processo em que se encadeiam, não há como pesar ou medir a dívida do Brasil para com o bandeirantismo. Além da descoberta das minas, além da disseminação de roças e fazendas de gado nos confins mais remotos, além das cidades cujas sementes eles lançaram à margem de suas loucas jornadas – o que devemos aos rudes bandeirantes, o que lhes devemos acima de tudo, e a despeito de seus pecados, é a vertiginosa dilatação das raias de um império [...]. Não sabemos se dentro do relativismo da história a causa da civilização não se deve mais ao bandeirantismo, com todas as suas violências, que à vã tentativa de resgatar o gentio pela segregação e erguê-lo de súbito, de seu ínfimo estágio de cultura, para a transcendência das verdades espirituais.³¹

Assim, justificando a ação bandeirante pelo viés da expansão política e, ainda, atribuindo a este contingente o papel principal de “civilizador” do Rio Grande, com suma importância para o Brasil como um todo, Vellinho dá o primeiro passo do que viria a ser uma série de justificativas para uma gama de elementos que envolvem o bandeirantismo. Destacamos dois deles. Em primeiro lugar, a justificação para a invasão das Missões. Se o indígena era útil no trabalho missionário, o era ainda mais para os bandeirantes.³² Vellinho chama atenção para o fato de haver certa sensibilidade sobre o apresamento indígena porque nós, leitores contemporâneos, seríamos sentimentais. Porém, a prática bandeirante se deu em uma época marcada pela *barbaridade*,³³ o que é exemplificado pelo autor por meio da antropofagia. Além disso, o autor argumenta sobre como os próprios jesuítas percebiam o trabalho indígena como necessário. Sobre tais questões, Vellinho indaga:

Se os missionários reconheceram que o cativo era imanente às condições de vida da Colônia, e se dele se serviram em escala notória, sem exclusão da gente da terra, por que bradaram tanto contra os escravizadores leigos? A resposta não estará, por certo, no impalpável terreno das coisas espirituais.³⁴

³¹ *Ibid*, p. 59.

³² Vellinho explica que se punha em dúvida a humanidade do índio, “se era gente mesmo ou se era bicho” (*Ibid*, p. 63). O regime de escravidão não era discutido no quesito legitimidade. Nesse âmbito, as missões seriam claros sistemas de servidão, do qual os jesuítas se serviam e o qual a eles era vital. O uso de trabalho de negros também é mencionado. Para o autor, sem o trabalho negro nas missões, a alma seria sustentada, mas o corpo estaria suscetível a perecer.

³³ O termo *barbaridade* remete a estado de barbárie, a um estágio primitivo.

³⁴ *Ibid*, p. 64.



Portanto, para o autor, aldear os indígenas se constituiu numa estratégia missioneira para obter mão de obra numerosa, por meio da justificativa da evangelização e cristianização dos nativos. Assim, os bandeirantes, ao invadir tais aldeamentos, tinham o mesmo ideal dos missionários jesuítas: usar os *gentios* para o trabalho. Se os jesuítas uniram grupos indígenas pela fé, os bandeirantes o fizeram pela luta, mas ambos com uma mesma finalidade, dada a importância do trabalho para a manutenção da “estabilidade colonial”. A “escravidão laica” fora conceituada por Vellinho como mais desumana do que a “escravidão religiosa”, mas o autor reitera que ambas as formas suprimiam a liberdade do indígena, seja pela violência, seja pela imposição de costumes e religiosidade.

Em segundo lugar, destacamos a justificativa da *exploração sexual* das indígenas.³⁵ Vellinho sugere que as “tentações do demônio” persuadiam até mesmo os padres. A mulher nua, indígena, “provocava”, “tentava” os homens. O que dizer então dos bandeirantes, que estavam fadados ao isolamento da região? Buscar o “amor das nativas” compensava tal isolamento e, além disso, teria propiciado a miscigenação daquele povo *bárbaro*, o indígena, com o bandeirante, *civilizado*. A miscigenação, dada pelo *coito civilizatório*, propiciaria um *melhoramento* racial; o mestiço saído desta “combinação de raças” seria um dos formadores do elemento *gaúcho*.

Se naquela confusão primitiva os próprios padres seculares comprometiam tantas vezes a austeridade da batina, se mesmo os jesuítas eram os primeiros a confessar, em sua correspondência, o arquejante esforço a que os obrigavam as tentações do demônio, era natural que os pioneiros – portugueses ou filhos de portugueses – afrouxados de todos os freios e impedimentos, buscassem no amor versátil e submisso das nativas uma compensação às durezas do isolamento.³⁶

A figura da mulher tentava o padre e o bandeirante. Este último não tinha “freios”, não tinha limites. O isolamento que sua atividade demandava era compensado pelo “amor” das índias guaranis. Essa ação é descrita por Vellinho como algo natural, e o “amor das nativas” é referido como algo submisso. Denota-se, assim, que a *exploração sexual* do bandeirante sobre a mulher indígena fora algo naturalizado e justificado pelo autor, e as indígenas encontravam-se em estado de submissão. Para o indígena, uma submissão ao trabalho e ao apresamento; para a indígena, uma submissão ao trabalho, ao apresamento e aos desejos dos bandeirantes.

³⁵ Embora seja um termo contemporâneo, *exploração sexual* condiz com o que ocorria. Juntamente com a exploração do trabalho do indígena, o bandeirante explorou a mulher indígena em termos sexuais.

³⁶ *Ibid*, p. 60.



Sete Povos: um capítulo da história fora da História

Vellino remonta, em *Capitania*, ao fim do século XVII, especificamente 1687. Nessa época, segundo o autor, não havia mais atividade bandeirante de maneira concisa, o que favoreceu a expansão dos Sete Povos sob o domínio de Castela, com território patrulhado pelos próprios índios missioneiros. A área litorânea, no entanto, esteve fora do domínio espanhol, servindo como um “corredor de tropeiros”; foi pelo litoral, portanto, que os portugueses tiveram espaço para transitar rumo ao restante do território brasileiro.

As terras que pertenciam à Castela compõem a geografia do Rio Grande do Sul, e no período de possessão espanhola figuravam-se como uma “cortina de isolamento”. Os guaranis, para Vellino, eram vassallos dos Reis Católicos, o que demonstra o modo hostil como se davam as relações entre jesuítas e aldeados. Vellino refere, inclusive, à possibilidade de se constituir um império teocrático, conforme referido anteriormente. O que se daria, no período, seria a expansão dos interesses ao âmbito social, político e econômico.

A organização missioneira constituía um poderoso sistema de postos inimigos estrategicamente encravados num território que a fatalidade histórica pusera ao alcance do surto expansionista dos luso-brasileiros, pois a contar do sonho vertiginoso dos mais remotos desbravadores as chaves naturais da América Portuguesa eram a bacia do Amazonas e o Prata.³⁷

Percebe-se, assim, que o autor enfatiza o antagonismo e a rivalidade entre as Missões de Castela e de Portugal. Em se tratando dos Sete Povos, Vellino afirma que foram aos poucos sendo convertidos em núcleos de preparação militar, onde havia necessidade de defesa e, ainda, treinamento para uma possível ofensiva. Além do mais, o autor enfatiza a cooperação ininterrupta dos Sete Povos com Castela. Sobre a questão da militarização dos indígenas, Vellino argumenta que

Os guaranis, além das lides do pastoreio e do serviço das lavouras, eram submetidos a intensos exercícios militares sob a direção de irmãos adestrados na arte da guerra, antigos oficiais europeus admitidos na Ordem [de Santo Inácio]. Paralelamente às cerimônias religiosas, [...] os curas não se descuidavam de trazer em constante prontidão seu exército numeroso e aguerrido.³⁸

Vellino prossegue afirmando que a Província Jesuítica do Paraguai, numerosa em homens e armas, teria se tornado uma potência militarizada, que causava temor, e teria

³⁷ *Ibid*, p. 68.

³⁸ *Ibid*, p. 68.



gerado certa inquietação em Castela: com o avançado aparato econômico-militar, até quando a Província manteria a fidelidade à Coroa? Seguindo sua análise, o autor desqualifica o elemento indígena, uma das razões pela qual os Sete Povos não “mereceria” entrar na História do Rio Grande. O indígena é descrito como obscuro em sua tradição cultural, vivendo como os bichos da floresta e, ainda, sendo um *material humano* pouco aproveitado no quesito civilização. Vellinho apresenta certo descrédito.

Difícilmente se poderia, com efeito, construir qualquer coisa de estável e duradouro sobre o casco indígena, pobre gente que talvez nem se pudesse considerar como padrão de raça primitiva, mas já em estado de franca regressão. Sabe-se que sua inteligência, sob a educação dos padres, evoluía satisfatoriamente até aos doze anos.³⁹

Assim, percebemos as razões pelas quais Vellinho não considera os Sete Povos como parte da História do Rio Grande. Além de ser parte do empreendimento espanhol, corroborando com os interesses de Castela, a quantidade de indígenas nas Missões tornava inviável um maior desenvolvimento por parte dos nativos, uma vez que estariam “enclausurados”, não suscetíveis aos avanços proporcionados pela miscigenação (já que o sistema missionário buscava impedir a penetração portuguesa, que teria condições de levar *civilidade* à região e a seu povo). A região das Missões de Castela, além do mais, tendia a formar um Império independente, não estando mais sob os auspícios da Coroa, o que se percebia na quantidade de indígenas preparados militarmente⁴⁰ além do grande aparato bélico e, ainda, no quão tendenciosos eram os jesuítas espanhóis.

Pensando contrastes

Por meio da argumentação e justificações de Vellinho, expostas acima, todos presentes em *Capitania d'El Rey*, percebe-se claramente que o autor escreveu tendo como âncora a ideia de *contraste*. Em nossa análise, o conceito de contraste se faz presente com um significado que remete à oposição, a comparação. Mas não só isso: o autor não só compara os *tipos* português e espanhol, como também diminui o segundo em relação ao primeiro. Ou seja, glorifica a ação do contingente português enquanto deteriora a imagem espanhola, não admitindo tal etnia como formadora étnica e social do Rio Grande do Sul.

³⁹ *Ibid*, p. 70.

⁴⁰ Vellinho cita a correspondência do P. Antônio Sepp, na qual ele afirma que a Província do Paraguai contava com cerca de 30 mil indígenas, todos sobre cavalos, sabendo como manejar a espada e reunindo-se em esquadrões, participando tanto de defensivas quanto de ofensivas.



Mas, por que tal glorificação da ação portuguesa e menosprezo à espanhola? Conforme referimos acima, no início do presente artigo, a historiografia não era neutra. Aliás, nunca foi, embora já tenha sido pensada como tal.⁴¹ A historiografia vintista *exalava lusitanidade*, mas não oferecia espaço para *fragrâncias étnicas* que não fossem as portuguesas. Utilizando a metáfora dos perfumes, podemos dizer que a historiografia do século XX, até pelo menos os anos 1980, viria a ser um frasco de perfume *sólido*, onde apenas a fragrância da *lusobrasilidade* tinha espaço, e onde outra essência étnica poderia tirar a “originalidade” da primeira fragrância. Em outras palavras (não-metafóricas), agregar elementos étnicos variados tiraria a peculiaridade de *formação brasileira*: o elemento português e seu protagonismo na figura do bandeirante.⁴²

Sim, uma historiografia escrita com propósito. Mas, como foi construída em Vellinho? O autor, ancorado ao IHGB e ao IHGRGS, não só manteve seus escritos voltados à unicidade étnica, como também buscou elementos que tornassem sua análise plausível, enaltecendo os portugueses em simultâneo à depreciação de elementos vindos de Castela. O meio encontrado pelo autor para opor os dois *tipos sociais* veio a ser o contraste, a oposição, o antagonismo. Quando o autor destaca o tema das Missões e, por meio dele, diferencia as formas de funcionamento delas quando portuguesas ou espanholas, ele está *contrastando* vários elementos: as formas de trabalho, de aldeamento, de relação entre colonizadores e colonizados, de exploração, de intencionalidade... ou seja, *contrastar* vem a representar a oposição entre portugueses e espanhóis, com vistas a enaltecer os primeiros e desconsiderar os segundos, no âmbito da *formação rio-grandense*.

Considerações finais: Do Rio Grande “corpo estranho” ao Rio Grande *lusobrasileiro*

Se Vellinho inicia sua obra pela visão de uma “excelente senhora” que estivera amedrontada e receosa em relação ao que encontraria em sua vinda ao Rio Grande do Sul, ao final da introdução de *Capitania* já se percebe o quão integrado ao restante do território

⁴¹ O positivismo do século XIX esteve ancorado na premissa de uma *fazer historiográfico* científico e neutro. O historiador, sendo neutro ao escrever, seria científico. Com o eclipse de tal paradigma e o advento do Historicismo alemão, tal ideia de neutralidade acabou suprimida por outra, a da subjetividade do historiador em seus escritos, bem como sua possibilidade de interpretação pela hermenêutica. Sobre o tema, ver HEINSFELD, Adelar. *Sob a inspiração de Clio*: uma introdução ao estudo da História. Passo Fundo: PPGH UPF, 2013.

⁴² Conforme já pontuamos, o IHGB e o IHGRGS participaram ativamente na construção de uma História Oficial do Brasil, pautada no protagonismo português.



o Estado sulino parecia. Mas não apenas ao território: se o *povo daqui* parecia semelhante ao *povo de lá*, conterrâneo da *excelente senhora*, é porque *nossa* cultura, *nossos* hábitos e *nossa* língua se assemelhavam à cultura, hábitos e língua *deles*, ou seja, das outras partes integrantes do Brasil. Assim era porque a mão lusitana tocou nos mais variados territórios, ali deixando suas marcas e seus costumes às gerações vindouras. Assim era porque os rasgos do bandeirantismo se fizeram presentes e, conseqüentemente, a *civilidade* lusitana adentrou a barbárie *nativa*, dissolvendo modos rudes fadados ao insucesso. Assim era, enfim, porque o colonizador português fora o verdadeiro introdutor da civilização, *aqui* ou *lá*.

A importância dos Sete Povos à história do Estado sulino, bem como sua relegação às margens da história do Rio Grande, merece atenção. Ao afirmar as missões portuguesas como benéficas aos nativos, e as espanholas como predatórias e escravistas, Vellinho *retira* as reduções de Castela da história rio-grandense, uma vez que, na História Oficial que estava sendo escrita, não havia espaço para destacar um empreendimento espanhol, ainda mais se este fosse também extra religioso, abarcando pretensões político-econômicas, conforme colocou o autor.

Contrastar *gaúchos brasileiros* e *gaúchos platinos* vem a ser uma estratégia de demonstrar o quão importante fora a atuação portuguesa para o país e, além disso, como os lusitanos primavam pelo bem do indígena, em relações de boa convivência. Tal quadro era *contrastado* com o *lado espanhol*, a parte platina onde, segundo Vellinho, havia relações de hostilidade, ressentimentos e constante tensão entre colonizadores e colonizados. O *gaúcho brasileiro*, portanto, fora fruto da vocação política bandeirante em meio à barbárie; o *gaúcho platino*, por sua vez, nascera em meio à tensão e conflito.

Escrevendo alinhado ao IHGB e ao IHGRGS, Vellinho fez o que os Institutos *esperavam* dele: alçou constructos teóricos que primavam pelo elemento português como *formador social* do *gaúcho brasileiro*, desconsiderando a ação de Castela como benéfica (ou existente de forma influente) ao Rio Grande do Sul. Construiu teoricamente um *Rio Grande do Sul luso-brasileiro*, que devia considerar a importante contribuição bandeirante de *civilizar* os gentios condenados ao insucesso e à barbárie. Tais premissas eram reforçadas, sobretudo, por meio do contraste com Castela, o que levaria a perceber os espanhóis missionários como ambiciosos, tendenciosos e gananciosos, bem como os ideais religiosos e civilizatórios dos lusitanos e, além disso, seu duplo empenho e esforço pelo Brasil: os bandeirantes teriam buscado a salvação física, introduzindo a *civilidade* e

conduzindo o território e os nativos ao progresso, enquanto que os missionários a teriam buscado espiritualmente para os gentios.

Data de Submissão: 22/04/2020

Data de Aceite: 04/08/2020





Referências Bibliográficas

- BARROS, José D' Assunção. Os conceitos. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.
- DELFO: Espaço de documentação e memória, 2017. Disponível em: <http://www.pucrs.br/delfos/?p=vellino>. Acesso em: 15 jan. 2020.
- GOUVEIA, Jaime Ricardo – “Para uma nova epistême do luso-tropicalismo: análise comparativa da luxúria clerical no Atlântico Português (1640-1750)”. História Unisinos, 2017, p. 305. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2017.213.02>. Acesso em: 14/jan/2020.
- GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. Estudos Históricos: Rio de Janeiro, 1988, p. 5 – 27. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935/1074>. Acesso em: 22/10/2019.
- GUTFREIND, Ieda. A historiografia rio-grandense. Porto Alegre: UFRGS, 1992.
- MARTINS, Jefferson Teles. O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o espaço social dos intelectuais: trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre intelectuais (1920-1956). Tese (Doutorado em História) - PUC-RS, Porto Alegre, 2015, p. 30. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/6302>. Acesso em: 14 jan. 2020.
- ORNELLAS, Manoelito de. Gaúchos e beduínos: origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948.
- RODRIGUES, Mara de Matos. Da crítica à história: Moysés Vellino e a trama entre a província e a nação 1925-1964. Tese de doutorado (História). UFRGS, 2006.
- SALVARO, Gesi Panizzon. A Revista Província de São Pedro. Letras de Hoje, Porto Alegre, p. 35-50, 1990. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/16134/10595>. Acesso em: 8 jan. 2020.
- SOUZA, Vanderlei Sebastião. Autor, texto e contexto: a história intelectual e o “contextualismo linguístico” na perspectiva de Quentin Skinner. Revista de História e Estudos Culturais, dez/2008. Disponível em: http://www.revistafenix.pro.br/PDF17/ARTIGO_16_VANDERLEI_SEBASTIAO_DE_SOUZA_FENIX_OUT_NOV_DEZ_2008.pdf. Acesso em: 01/jun/2019.
- VARELA, Alfredo. História da Grande Revolução. Porto Alegre: Editora Globo, 1933.

VELLINHO, Moysés. Capitania d'El-Rei; aspectos polêmicos da formação rio-grandense. Porto Alegre. Instituto Estadual do Livro, CORAG. Coleção Meridionais, 2005. [original: 1964].

